

DESAFIO DIPLOMÁTICO

1750



Sete Quedas, dois países e um interesse

A construção de Itaipu Binacional solucionou um impasse diplomático envolvendo Brasil e Paraguai. Os dois países disputavam a posse de terras na região do Salto de Sete Quedas, área hoje coberta pelo lago da usina. O contencioso começou no século XVIII.

Guerra do Paraguai alimenta o impasse

A Guerra do Paraguai (1865-1870) reabriu a polêmica em torno da fronteira na região das Sete Quedas. Conforme o Tratado de Paz (1872), os territórios deveriam dividir-se pelo Rio Paraná até o Salto, e pelo cume da Serra de Maracaju.



1872



Construção da Ponte da Amizade

1960

A solução para o litígio: unir forças

A disputa pelas Sete Quedas recrudescceu nos anos 1960. A descoberta do potencial hidrelétrico do Rio Paraná colocou Brasil e Paraguai novamente em rota de colisão. Mas, em vez de medir forças, os dois governos fizeram uma sábia opção: unir forças.

1966

Assinada a Ata do Iguazu

O resultado de intensas negociações foi a Ata do Iguazu, assinada em 22 de junho de 1966 pelos ministros das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Sapena Pastor. A declaração conjunta manifestava a disposição de estudar o aproveitamento dos recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, no trecho do Rio Paraná "desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguazu".



Assinatura da Ata do Iguazu

1974

Itaipu, o resultado

A diplomacia alcança um resultado concreto. Em maio de 1974, é formada a entidade binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina, estruturada como "empresa internacional". A solução jurídica encontrada está entre as contribuições do jurista Miguel Reale. A disputa por terras na fronteira está superada.



Assinatura do Tratado de Itaipu pelos presidentes Médici e Stroessner

1979

Argentina reage à criação de Itaipu

O entendimento de Brasil e Paraguai para a construção de Itaipu Binacional estremeceu as relações dos dois países com a Argentina. Os argentinos temiam que a usina prejudicasse seus direitos e interesses sobre as águas do Rio Paraná. A questão chegou a ser tema de uma Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1972.

